



Novo Direito Processual

por Salomão Viana



Reconvenção e exceções instrumentais



Reconvenção e exceções instrumentais

SUMÁRIO

I – RECONVENÇÃO

- 1- Conceito.*
- 2 - Reflexo da reconvenção no objeto litigioso do processo.*
- 3 - Reconvenção como incidente processual.*
- 4 - Designação dos litigantes.*
- 5 - Reconvenção subjetivamente ampliativa.*
- 6- Amplitude da defesa do reconvindo.*
- 7 - Requisitos para apresentação da reconvenção.*
- 8 - Reconvenção e substituição processual.*
- 9 - Relação entre reconvenção e “ação declaratória incidental”.*
- 10 - Relação entre reconvenção e pedido contraposto.*
- 11 – Procedimento da reconvenção.*

II – EXCEÇÕES INSTRUMENTAIS

- 1 - Acepção do vocábulo “exceção”.*
- 2 - Localização como espécie de defesa.*
- 3- Exceções de impedimento e de suspeição.*
- 4 - Exceção de incompetência.*



APOIO TÉCNICO

JURISTAS DAS COMARCAS DE JURISLÂNDIA E JURIDICÓPOLIS

Advogados:

Amanda Demanda, Carlos Causídico, Keri Kestão e Lidiane Lide

Membros do Ministério Público:

Dênis Denúncia e Acelino Acepê

Juízes:

Justino Justo e Serafim Sentença

Auxiliares da Justiça:

Tércia Termo, Juvenil Juntada, Cid Citação e Horácio Horacerta



Reconvenção



Reconvenção é demanda, conexa com a demanda originariamente proposta ou com os fundamentos da defesa, que o réu, por meio da apresentação de peça avulsa, propõe contra o autor, dentro do mesmo processo em que está sendo demandado.



CPC:

Art. 315. *O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*



*Reflexo da apresentação da **reconvenção** no **objeto litigioso do processo**:
ampliação.*



Reconvenção como incidente processual



Rótulos empregados para designar os litigantes na reconvenção:

- **reconvinte**: autor da reconvenção (réu da demanda originária);
- **reconvindo**: réu da reconvenção (autor da demanda originária).



Relação entre a reconvenção e a demanda originariamente proposta:

- existência de conexão com a demanda originária ou com os fundamentos da defesa;*
- inexistência de acessoriedade.*



Possibilidade de apresentação de reconvenção subjetivamente ampliada:

- posição da doutrina:

**inadmissibilidade (José Carlos Barbosa Moreira);*

**admissibilidade relativa: litisconsórcio necessário com conexão (Fredie Didier);*

**admissibilidade geral (Cândido Rangel Dinamarco).*

- posição da jurisprudência: não unânime , com tendência para a admissibilidade relativa



Amplitude da defesa do reconvindo: máxima.



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda;

2 -

2.1 -

2.2 -

2.3 -

2.4 -

2.5 -

2.6 -

2.7 -

2.8 -



Interesse de agir na reconvenção:

- demandas de caráter dúplice: ausência de interesse;

-
-
-



Súmula do STF:

Enunciado n. 258. É admissível reconvenção em ação declaratória.



Interesse de agir na reconvenção:

- *demandas de caráter dúplice: ausência de interesse;*
- *procedimentos em que se admite pedido contraposto: ausência de interesse;*
-
-



CPC:

Art. 922. *É lícito ao réu, **na contestação**, alegando que foi o ofendido em sua posse, **demandar** a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.*



Interesse de agir na reconvenção:

- *demandas de caráter dúplice: ausência de interesse;*
- *procedimentos em que se admite pedido contraposto: ausência de interesse;*
- *exercício de exceção substancial: ausência de interesse;*
-



Exemplos de exceção substancial (exceção em sentido material ou substancial):

- 1 - exceção do contrato não cumprido;*
- 2 - benefício de ordem do fiador;*
- 3 - prescrição;*
- 4 - direito de retenção.*



Interesse de agir na reconvenção:

- *demandas de caráter dúplice: ausência de interesse;*
- *procedimentos em que se admite pedido contraposto: ausência de interesse;*
- *exercício de exceção substancial: ausência de interesse;*
- *compensação: depende do conteúdo da contestação.*



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda.

2 - específicos:

2.1 - existência de processo em curso;

2.2 -

2.3 -

2.4 -

2.5 -

2.6 -

2.7 -

2.8 -



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda

2 - específicos:

2.1 - existência de processo em curso;

2.2 - apresentação simultânea com a contestação;

2.3 -

2.4 -

2.5 -

2.6 -

2.7 -

2.8 -



CPC:

Art. 299. A contestação e a reconvenção serão oferecidas **simultaneamente**, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais.



PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONVÊNIO FIRMADO ENTRE MUNICÍPIO E ESTADO. RECONVENÇÃO. CONTESTAÇÃO. **SIMULTANEIDADE.**

PRECLUSÃO CONSUMATIVA. ART. 299 DO CPC.

1. A contestação e a reconvenção **devem ser apresentadas simultaneamente**, ainda que haja prazo para a resposta do réu, **sob pena de preclusão consumativa**. Precedentes do STJ: REsp 31353/SP, QUARTA TURMA, DJ 16/08/2004; AgRg no Ag 817.329/MG, QUARTA TURMA, DJ 17/09/2007; e REsp 600839/SP, DJe 05/11/2008.

2. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 935.051/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 30/09/2010)



CIVIL E PROCESSUAL. AÇÕES DE MANUTENÇÃO DE POSSE E CONSIGNATÓRIA.

PEDIDO RECONVENCIONAL PARA A RESCISÃO DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. APRESENTAÇÃO DA RECONVENÇÃO APÓS A CONTESTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. CPC, ART. 299.

(...)

*III. **Aplica-se o princípio da preclusão consumativa**, adotado pela uniforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, à regra do art. 299 do CPC, de sorte que tardio o pedido reconvencional apresentado após o oferecimento da contestação pelo mesmo réu, ainda que antes de terminado o prazo original de defesa.*

(...)

(REsp 31.353/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 08/06/2004, DJ 16/08/2004, p. 260)



PROCESSUAL CIVIL - CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO, AMBOS APRESENTADOS NO MESMO PRAZO DA RESPOSTA - INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA E SISTEMÁTICA DO ART. 299 DO CPC.

*I - **NÃO OCORRE A PRECLUSÃO CONSUMATIVA**, QUANDO AINDA NO PRAZO DA RESPOSTA, CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO SÃO OFERTADOS, EMBORA A RECONVENÇÃO TENHA SIDO ENTREGUE DEPOIS DA CONTESTAÇÃO.*

II - RECURSO NÃO CONHECIDO.

(REsp 132.545/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/1998, DJ 27/04/1998, p. 155)



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda

2 - específicos:

2.1 - existência de processo em curso;

2.2 - apresentação simultânea com a contestação;

2.3 - competência absoluta do juízo para as demandas originária e reconvenicional;

2.4 -

2.5 -

2.6 -

2.7 -

2.8 -



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda

2 - específicos:

2.1 - existência de processo em curso;

2.2 - apresentação simultânea com a contestação;

2.3 - competência absoluta do juízo para as demandas originária e reconvenicional;

2.4 - apresentação em peça avulsa;

2.5 -

2.6 -

2.7 -

2.8 -



RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. LOCAÇÃO. CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO. PEÇA ÚNICA. DISTINÇÃO CLARA. IRREGULARIDADE (...)

*I - Embora oferecidas em **peça única**, a **contestação** e a **reconvenção** foram completamente separadas dentro do corpo da petição, podendo as duas ser distinguidas "ictu oculi". Sendo assim, tal circunstância deve ser considerada mera irregularidade, não se erigindo em nulidade processual.*

(...)

(REsp 549.587/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/03/2004, DJ 10/05/2004, p. 335)



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda

2 - específicos:

2.1 - existência de processo em curso;

2.2 - apresentação simultânea com a contestação;

2.3 - competência absoluta do juízo para as demandas originária e reconvenicional;

2.4 - apresentação em peça avulsa;

2.5 - compatibilidade entre os procedimentos;

2.6 -

2.7 -

2.8 -



Súmula do STJ:

Enunciado n. 292. *A reconvenção é cabível na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.*



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda

2 - específicos:

2.1 - existência de processo em curso;

2.2 - apresentação simultânea com a contestação;

2.3 - competência absoluta do juízo para as demandas originária e reconvenicional;

2.4 - apresentação em peça avulsa;

2.5 - compatibilidade entre os procedimentos;

2.6 - existência de conexão;

2.7 -

2.8 -



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda

2 - específicos:

2.1 - existência de processo em curso;

2.2 - apresentação simultânea com a contestação;

2.3 - competência absoluta do juízo para as demandas originária e reconvenicional;

2.4 - apresentação em peça avulsa;

2.5 - compatibilidade entre os procedimentos;

2.6 - existência de conexão;

2.7 - cabimento;

2.8 -



CPC:

Art. 278. (...)

§ 1º É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.

Art. 315. *O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.*



Lei n. 9.099/1995:

Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.



Requisitos para a apresentação de reconvenção:

1 - gerais: todas as exigências formais postas para a propositura de qualquer demanda

2 - específicos:

2.1 - existência de processo em curso;

2.2 - apresentação simultânea com a contestação;

2.3 - competência absoluta do juízo para as demandas originária e reconvenicional;

2.4 - apresentação em peça avulsa;

2.5 - compatibilidade entre os procedimentos;

2.6 - existência de conexão;

2.7 - cabimento;

2.8 - recolhimento de custas.



Reconvenção e substituição processual



CPC:

Art. 315. (...)

Parágrafo único. Não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.



*Relação entre **reconvenção** e
demanda declaratória incidental ("ação declaratória incidental")*



*Relação entre **reconvenção** e **demanda declaratória incidental** ("ação declaratória incidental"):*

- distinções:

- *legitimidade;*

-

-

-

-

-

-



Relação entre **reconvenção** e **demanda declaratória incidental** ("ação declaratória incidental"):

- distinções:

- legitimidade;

- *necessidade de apresentação da contestação;*

-

-

-

-

-



*Relação entre **reconvenção** e **demanda declaratória incidental** ("ação declaratória incidental"):*

- distinções:

- legitimidade;*
- necessidade de apresentação da contestação;*
- "autonomia";*
-
-

-

-



*Relação entre **reconvenção** e **demanda declaratória incidental** ("ação declaratória incidental"):*

- distinções:

- legitimidade;*
- necessidade de apresentação da contestação;*
- "autonomia";*
- natureza da pretensão;*
-

-

-



*Relação entre **reconvenção** e **demanda declaratória incidental** ("ação declaratória incidental"):*

- distinções:

- legitimidade;*
- necessidade de apresentação da contestação;*
- "autonomia";*
- natureza da pretensão;*
- **amplitude da cognição do órgão julgador.***

-

-



*Relação entre **reconvenção** e **demanda declaratória incidental** ("ação declaratória incidental"):*

- distinções:

- legitimidade;*
- necessidade de apresentação da contestação;*
- "autonomia";*
- natureza da pretensão;*
- amplitude da cognição do órgão julgador.*
- ação declaratória incidental proposta pelo autor: ampliação subjetiva ulterior da demanda.*
-



*Relação entre **reconvenção** e **demanda declaratória incidental** ("ação declaratória incidental"):*

- distinções:

- legitimidade;*
- necessidade de apresentação da contestação;*
- "autonomia";*
- natureza da pretensão;*
- amplitude da cognição do órgão julgador.*
- ação declaratória incidental proposta pelo autor: ampliação subjetiva ulterior da demanda.*
- ação declaratória incidental proposta pelo réu: reconvenção com peculiaridades.*



Relação entre reconvenção e pedido contraposto:



CPC:

Art. 278. (...)

§ 1º É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.

Art. 922. *É lícito ao réu, **na contestação**, alegando que foi o ofendido em sua posse, **demandar** a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.*

Lei n. 9.099/1995:

Art. 31. *Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.*



*Distinção entre **reconvenção** e **pedido contraposto**:*

- forma de apresentação;*
- amplitude da cognição do órgão julgador.*



Procedimento da reconvenção:

1 - apresentação da petição inicial com atendimento das exigências formais, dentre elas o requerimento de "intimação do advogado";

2 -

3-

4-

5 -



CPC:

Art. 316. *Oferecida a reconvenção, o autor reconvinco será **intimado, na pessoa do seu procurador**, para contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias.*



Procedimento da reconvenção:

- 1 - apresentação da petição inicial com atendimento das exigências formais, dentre elas o requerimento de "intimação do advogado";*
- 2 - possibilidade de indeferimento liminar (ato decisório que desafia recurso de agravo por instrumento);*
- 3 -*
- 4 -*
- 5 -*



Procedimento da reconvenção:

- 1 - apresentação da petição inicial com atendimento das exigências formais, dentre elas o requerimento de "intimação do advogado";*
- 2 - possibilidade de indeferimento liminar (ato decisório que desafia recurso de agravo por instrumento;*
- 3 - contestação, no prazo de 15 dias;*
- 4 -*
- 5 -*



Procedimento da reconvenção:

- 1 - apresentação da petição inicial com atendimento das exigências formais, dentre elas o requerimento de "intimação do advogado";*
- 2 - possibilidade de indeferimento liminar (ato decisório que desafia recurso de agravo por instrumento;*
- 3 - contestação, no prazo de 15 dias;*
- 4 - apresentação de réplica pelo reconvinte, se for o caso;*
- 5 -*



Procedimento da reconvenção:

- 1 - apresentação da petição inicial com atendimento das exigências formais, dentre elas o requerimento de "intimação do advogado";*
- 2 - possibilidade de indeferimento liminar (ato decisório que desafia recurso de agravo por instrumento;*
- 3 - contestação, no prazo de 15 dias;*
- 4 - apresentação de réplica pelo reconvinte, se for o caso;*
- 5 - julgamento simultâneo com o da demanda originariamente proposta.*



Exceções instrumentais



**SENTIDO PRÉ-
PROCESSUAL: DIREITO
FUNDAMENTAL À
DEFESA**

**SENTIDO MATERIAL OU
SUBSTANCIAL (EXCEÇÃO
SUBSTANCIAL):
PRETENSÃO EXERCITADA PELO
DEMANDADO PARA
NEUTRALIZAR A EFICÁCIA DA
PRETENSÃO DO AUTOR**

EXCEÇÃO

**SENTIDO PROCESSUAL:
EXERCÍCIO CONCRETO DO DIREITO DE
DEFESA**

**MATÉRIA QUE, EM
GERAL, NÃO PODE
SER EXAMINADA
DE OFÍCIO**

**EXCEÇÃO INSTRUMENTAL:
INCIDENTE QUE GERA A SUSPENSÃO
DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL E
QUE, POR DETERMINAÇÃO LEGAL,
EXIGE PROCEDIMENTO EM AUTOS
APARTADOS**



Espécies de defesa

defesa interna: formulada no bojo dos autos principais.

defesa instrumental: formulada por meio de peça a ser autuada em apartado (exceções instrumentais em sentido estrito; impugnação ao valor da causa; impugnação ao pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária)



Exceções de suspeição e de impedimento



Exceção de incompetência



BIBLIOGRAFIA BÁSICA (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Adonias, Antônio; Klippel, Rodrigo. *Manual de Direito Processual Civil*, 3ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Braga, Paula Sarno. *Processo Civil – Teoria Geral do Processo Civil*, 2ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Câmara, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, volume I, 25ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - continuação (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Didier Jr., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil – Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento*, volume 1, 16ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2014.

Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, volume I, 7ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - continuação (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Marinoni, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil – Teoria Geral do Processo*, volume 1, 7ª edição. São Paulo: RT, 2013.

Santos, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, volume 1, 29ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

Scarpinella Bueno, Cássio. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil*, volume 1, 8ª edição. Saraiva: São Paulo, 2014.

